

Entrevista

Entrevista com Beatriz G. Mamigonian

Antonia Márcia Nogueira Pedroza

Resumo

Nesta conversa a professora Beatriz G. Mamigonian, da Universidade Federal de Santa Catarina, reconstitui sua trajetória acadêmica e política, abordando o seu processo de formação e a sua atuação nesses dois campos. Trata-se de uma entrevista onde a historiadora aborda temas caros para o debate acerca da historiografia da escravidão, do fenômeno da escravização ilegal ocorrido no século XIX, indicando paralelos com as formas de escravidão existentes na contemporaneidade. A pesquisadora reflete também acerca de um dos principais momentos de efervescência política na História recente do Brasil, discorrendo acerca da sua participação nas manifestações e na produção de testemunhos sobre as manifestações ocorridas contra o golpe político, executado em 2016 contra a presidenta eleita, Dilma Rousseff. A professora Beatriz Mamigonian aponta problemas seculares existentes no Brasil, que tocam nos dilemas que dizem respeito ao futuro do país e de seus cidadãos, e nas fraturas que continuam a assombrar a sociedade contemporânea brasileira.

Palavras-Chave: Escravidão. Escravização ilegal. Africanos livres. Golpe político de 2016.

Interview with Beatriz G. Mamigonian

Abstract

In this conversation, Professor Beatriz G. Mamigonian, from the Federal University of Santa Catarina, reconstitutes her academic and political trajectory, approaching her education process and her work in these two fields. In this interview, the historian discusses important issues for the debate about the

historiography of slavery, the phenomenon of illegal slavery that occurred in the 19th century, indicating parallels with the forms of slavery that exist today. The researcher also reflects about one of the main moments of political effervescence in the recent history of Brazil, discussing her participation in the demonstrations and in the production of testimonies about the demonstrations against the political coup executed in 2016 against the elected president Dilma Rousseff. Professor Beatriz Mamigonian points out secular problems existing in Brazil, which touch on dilemmas concerning the future of the country and its citizens, and fractures that continue to haunt contemporary Brazilian society.

Keywords: Slavery. Illegal enslavement. Free Africans. Political coup of 2016.

Texto integral

Beatriz G. Mamigonian é bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1992), mestre e doutora em História pela University of Waterloo, Canadá (1995 e 2002). É professora titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina e da mesma universidade. Foi professora visitante na Michigan State University (2008) e na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris (2019). Realizou estágios pós-doutorais na UNICAMP (2008-2009) e na USP (2014-2015; 2019-2020), o primeiro com estadia na Universidade de Michigan, Ann Arbor. Suas áreas de ensino e pesquisa são: História do Brasil (Colônia e Império) e História Moderna e Contemporânea (História da diáspora africana e da escravidão na era moderna, História Social do Direito). Coordena o Programa de Educação Patrimonial Santa Afro Catarina.

1 - Você poderia nos contar um pouco acerca das influências intelectuais e políticas que recebeu no seu processo de formação, anterior à sua entrada no curso de História? Por que a escolha pela História?

Beatriz Mamigonian: Gostaria antes de mais nada agradecer pela iniciativa de vocês, que muito me honra. Eu também gostava muito, e gosto ainda, de conhecer as trajetórias dos pesquisadores e pesquisadoras. Vamos lá... vocês me perguntam sobre minhas influências intelectuais e políticas e como escolhi o curso de História. Eu sou filha de um professor universitário de Geografia e de uma professora e neta, pelo lado materno, de um desembargador que também foi professor universitário, de História do Pensamento Econômico. Cresci nos anos 1970, num ambiente fértil e crítico, de resistência à ditadura militar. Meu avô foi preso em 1964, como intelectual comunista, e isso sempre nos marcou. Estudei sempre em escolas públicas, o primário na Escola Estadual Coronel Marcondes, em Presidente Prudente (SP) e depois no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina. Eu era boa aluna e gostava tanto de matemática quanto das humanas, mas optei por humanas depois de ter morado um ano na França com minha família, quando meu pai foi fazer um estágio pós-doutoral. Estudei um ano num liceu de Paris, viajamos por vários países da Europa. Passei a gostar de História Urbana, quase fiz Arquitetura por isso, mas acabei na História. Também é importante lembrar o contexto de mobilização em torno da Constituinte, e de muito debate político, sobre todos os temas da realidade brasileira. Nos anos 80, parecia que iríamos recomeçar a construção do país, havia otimismo de que era possível.

2 - Você poderia narrar para a “Sertão História” um pouco sobre sua trajetória de formação acadêmica, a partir do seu ingresso no curso de História?

BM: Ingressei no curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina em 1987. Como já estudava no Colégio de Aplicação, o campus não era novidade. Achei o curso muito fraco, de saída. Poucas disciplinas valiam a pena, a maioria dos professores usava uma bibliografia muito antiga e pouco crítica.

Quase desisti. Mas me casei, tive minha filha, morei quase dois anos na Holanda e acabei voltando para o curso, terminando em 1992. Alguns professores voltavam do mestrado e do doutorado e o departamento estava se renovando. Minha primeira experiência de pesquisa foi sobre a história da construção do primeiro mercado de Desterro (hoje, Florianópolis), na metade do século XIX. Lá estava eu me encaminhando pra História Urbana. Me fascinou a pesquisa de arquivo e nunca mais deixei o século XIX. Entre 1992 e 1998, eu morei no Canadá. Lá fiz o mestrado e o doutorado, que concluí em 2002. Foi uma experiência muito marcante, em vários sentidos. Cada uma dessas temporadas no exterior me fez mais brasileira.

Eu mergulhei a estudar o Brasil, num contexto Atlântico mais amplo, com a orientação de um especialista em Caribe britânico e escravidão, Michael Craton. Mestrado e doutorado são traumáticos e transformadores ao mesmo tempo, ninguém pode negar. A gente vai se deparando com o volume de conhecimento já produzido, sobre tudo que se pode imaginar, e vai ficando insegura sobre dar conta de tudo. É um processo de acúmulo e amadurecimento. Se a gente consegue se dedicar e persiste, sai lá na frente com algo novo para contar. Na escolha do meu tema de pesquisa, pesou o fato de que a biblioteca da Universidade de Waterloo tinha a coleção completa da correspondência britânica referente ao tráfico de escravos (Foreign Office 84), em microfilme. Então optei por revisitar o tema do abolicionismo britânico e sua campanha pela abolição do tráfico para o Brasil. Enquanto isso, lia muita história social da escravidão (João Reis, Silvia Lara, Sidney Chalhoub, Maria Helena Machado e outros) e me inspirava com os trabalhos que enfocavam os sujeitos. Foi assim que acabei escolhendo tratar das trajetórias dos africanos e africanas resgatados dos navios negreiros e emancipados como “africanos livres”. Isso me levou ao Arquivo Nacional, ao Arquivo do Itamaraty, ao Arquivo Público do Estado de São Paulo e a outros tantos lugares. No processo de pesquisa, conheci o Jaime Rodrigues, que estava fazendo doutorado na Unicamp e ganhei colegas de doutorado, já que os do

Canadá tratavam de assuntos com os quais eu não tinha muita proximidade. E eu também já estava de volta, pois vim pesquisar e escrever a tese aqui. Tinha me separado e queria que minha filha crescesse no Brasil. A pesquisa da tese eu levei para todo lugar, participei de muitas conferências e seminários. O assunto dos africanos livres era praticamente inédito. E eu o tratava associado ao problema da ilegalidade do tráfico, isto é, das consequências da lei de 1831, que também não era uma discussão corrente. Foi se formando um debate sobre isso, e hoje é uma discussão incontornável. No livro, o tema dos africanos livres é costurado ao do tráfico ilegal e das consequências da ilegalidade do tráfico. Quem acha que é só sobre africanos livres é porque não leu.

3- Quais referenciais você mencionaria como tendo sido importantes na sua formação como historiadora?

BM: Toda a historiografia social da escravidão me marcou muito. Eu li muito sobre Caribe, um pouco de Estados Unidos e muito sobre Brasil. Fazia parte do doutorado essa cobertura ampla da área. Os trabalhos que traziam para a cena principal as pessoas escravizadas, com seus propósitos e formas de luta, por vezes mesmo suas falas me pareciam mais vivos. Rebelião escrava no Brasil, do João Reis; Visões da liberdade, do Sidney Chalhoub; Degrees of Freedom, da Rebecca Scott estão entre os livros mais marcantes para mim. A releitura da economia pelo João Fragoso e pelo Manolo Florentino, em Arcaísmo como projeto também foi importante. A discussão metodológica que os autores dessa geração trazem para o corpo do texto é muito estimulante para jovens pesquisadores. E, é claro, não posso deixar de mencionar a pesquisa do Robert Slenes sobre a cultura dos africanos centro-ocidentais, que está n'A senzala, uma flor e nos textos posteriores. Hoje eu gosto muito e recomendo a leitura do Silenciando o passado, do antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot. Melhor parar senão isso vai virar uma bibliografia.

4- Você é professora de História da Universidade Federal de Santa Catarina desde 2002. Você poderia nos falar um pouco sobre sua atuação na graduação, sobre algum projeto preferido de ensino ou de extensão que tenha desenvolvido ou que esteja desenvolvendo?

BM: Sim, lá se vão mais de 20 anos! Passa muito rápido! Eu entrei no departamento de História por concurso em 2002 e logo também entrei na Pós-Graduação. Ministrei diferentes disciplinas, mas me fixei em Brasil Colonial e depois Brasil Monárquico. Criei tópicos sobre História da Escravidão no Brasil e História da Diáspora Africana nas Américas, respondendo a uma demanda dos alunos que queriam ter História da África. Batalhei por concurso nesta área, entendendo que esta não era minha especialidade. Na época, a área estava se abrindo nas universidades brasileiras e muita gente de escravidão migrava para dar História da África. Eu logo comecei a orientar pesquisas de iniciação científica, monografias de graduação e dissertações de mestrado, visto que havia uma enorme demanda pelo tema de história da escravidão. Com colegas de História social do trabalho, participei da criação do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura e da Linha de Pesquisa Trabalhadores: Experiências, Solidariedades e Conflitos. Temos 20 anos de pesquisa acumulada sobre escravidão e pós-abolição, sobretudo sobre Santa Catarina, mas também sobre outras partes do Brasil. Eu mesma não fiquei pesquisando Santa Catarina pois tinha que completar a pesquisa para meu livro. Mas é lógico que na atuação cotidiana, aqui, é essa a demanda. Tenho um prazer especial de falar do Programa Santa Afro Catarina de educação patrimonial, que criei com a colega Andréa Delgado, do Ensino de História, em 2011. Nós coordenamos uma série de projetos de produção de material de divulgação com documentos, de oferta de roteiros históricos, elaboração de materiais didáticos e orientação de estágios de ensino de História. Tudo sobre a presença africana e afrodescendente na Ilha de

Santa Catarina e no litoral próximo, com base em pesquisas recentes que colocam a região no contexto atlântico. Esse material vem ganhando um público cada vez maior, visto que aumenta o interesse nessas histórias de Santa Catarina, que não é europeia como se alardeia.

5 – Você poderia nos falar um pouco também sobre seu papel de formadora de quadros profissionais na pós-graduação?

BM: Eu tenho um grande prazer em orientar jovens pesquisadores; gosto de vê-los desenvolvendo o gosto pela pesquisa e fazendo seus próprios caminhos. Sempre orientei muitos trabalhos na iniciação científica e na graduação, entendendo como é importante essa experiência logo cedo, o contato com as fontes e o debate historiográfico. Muitos dos alunos seguiram para mestrado e doutorado, às vezes sob minha orientação, às vezes não. Vão fazendo seus caminhos. No doutorado orientei poucas pessoas, em virtude disso também, pois muitos mestres foram fazer doutorado em outras universidades. Em compensação, mantenho diálogo com doutorandos e doutorandas de outros lugares. Penso que a nossa colaboração para a formação de quadros não se dê só nas nossas orientações mas também nas nossas outras atividades. Os Encontros Escavidão e Liberdade no Brasil Meridional, que organizo com um grupo de colegas desde 2003, teve um papel importantíssimo na formação de pesquisadores na área pois recebe estudantes de graduação, mestrado e doutorado de todas as correntes historiográficas para um debate crítico e construtivo sobre seus trabalhos. Este ano completamos 20 anos e é notável o legado dos Encontros para a área.

6 – Em 2016, em um dos principais momentos de efervescência política na História recente do Brasil, enquanto o país assistia em rede nacional narrativas sobre um impeachment e o povo protestava nas

ruas contra um golpe político, arquitetado contra a presidenta eleita, Dilma Rousseff, você e outras duas historiadoras organizaram e publicaram a coletânea “Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado”, analisando os acontecimentos praticamente em tempo real. Você poderia falar um pouco sobre esse projeto, sobre sua experiência como cidadã e como historiadora que se juntava aos milhares de brasileiros nas ruas protestando em favor da democracia e simultaneamente analisava os acontecimentos, escrevendo uma chamada história do “tempo presente”?

BM: Historiadores e historiadoras, por ofício, reconhecem os conflitos, os grupos em disputa e as frentes desses embates, a longo, médio e curto prazo. Quando Lula sofreu condução coercitiva em março de 2016 os alertas soaram todos, bem alto. As forças do passado estavam se reunindo para travar as transformações que aconteciam na sociedade e impedir que o Estado agisse nesse sentido. Cada um de nós reconheceu nos contemporâneos as vozes do atraso do período que estudava. Eu costumo lembrar dos debates em torno da PEC do Trabalho Escravo, em maio de 2012, quando os ruralistas reclamavam que não podiam ser ameaçados de confisco das propriedades que suas famílias haviam conquistado com dificuldade e na legalidade. Ora, quem estuda o tráfico ilegal no século XIX sabe que esse é o mesmo argumento usado para defender a propriedade sobre africanos adquiridos por contrabando. O mesmo discurso ainda cola! Aliás, está sendo usado para defender o Marco Temporal e travar as demarcações de terras indígenas agora em 2023. Mas voltemos a 2016: as manifestações de rua se multiplicaram, e também os manifestos em defesa do mandato de Dilma. A Hebe Mattos lançou um convite para que enviássemos vídeos para compor um vídeo-manifesto. Em paralelo, começamos a reunir textos escritos no calor da hora, ou republicados naqueles dias intensos. Eram leituras que historiadores de diferentes gerações (os que haviam militado contra a

ditadura e os que se formaram graças às políticas públicas de consolidação da pós-graduação) sobre o momento que vivíamos, com a lente de historiador que cada um de nós tem, e ninguém tira. Assim, com o apoio de um grupo de colegas da UnB e de assessoras de Dilma nós organizamos uma jornada, em junho de 2016, em que nos encontramos na UnB para discutir a conjuntura e estratégias e depois fizemos uma visita a Dilma no Palácio da Alvorada, quando o vice vampiro já tinha tomado conta do Planalto. Acreditamos o tempo todo na razão e no bom senso, tanto que Hebe, Tania Bessone e eu preparamos o livro, e a Alameda fez o possível e o impossível para lançarmos ainda durante o debate do impeachment no Senado, no fim de agosto. Historiadores pela Democracia: o golpe de 2016 e a força do passado ficou como testemunho da nossa mobilização. A gente via o que vinha pela frente. Na verdade, os golpistas anunciavam tudo que iam fazer e tudo que iam desfazer. Foi muito doloroso enfrentar esses anos e tentar resistir aos desdobramentos do golpe, em especial à tentativa de cortar o futuro dos jovens pesquisadores. Precisamos restituir a possibilidade de construir carreira científica no Brasil.

7 - O número atual da revista “Sertão História” traz o dossiê “Poder político em um país escravocrata: comércio de escravos, escravismo e resistência escrava”. Os estudos sobre a escravidão no Brasil passaram por progressivas mudanças nos últimos anos, tendo havido um deslocamento do interesse dos pesquisadores por outros temas de estudo. Há futuro para os historiadores da escravidão no Brasil? Como você avalia a produção historiográfica recente sobre a escravidão no Brasil?

BM: Eu acho que os estudos de escravidão no Brasil se tornaram a área mais vibrante e mais importante da historiografia brasileira nos últimos 20 anos. Tínhamos muito a explorar, considerando o longo período da história e as

diferenças regionais do Brasil. E ainda estamos nesse trabalho, que não acabou. Cada lugar tem algumas especificidades e aos poucos esse quadro maior vai ficando mais claro. É impossível entender o Brasil sem entender a escravidão. Não porque seu legado seja incontornável – penso que as desigualdades que herdamos são reproduzidas cotidianamente, no presente, e muito do legado da escravidão foi reforçado pela República. O legado da escravidão está na política, na distribuição das terras e da renda, nas desigualdades regionais, no direito, obviamente no patrimônio, e por aí vai. É por isso que eu entendo que a área da escravidão esteja se espalhando para visitar a história política, bagunçar a história do direito, desafiar a história das relações internacionais, provocar revisões na história que informa o patrimônio. Historiadores brasileiros da escravidão lidam com outros países: Uruguai, Bolívia, Peru, Angola, Gana, etc. A gente está num movimento de expansão, usando a nossa lente e nossos métodos para outras áreas e outros lugares. Eu, sinceramente, acho bobagem dizer que a história social da escravidão se esgotou e está sendo substituída pela “história global” ou pela perspectiva da “segunda escravidão”. Não faz qualquer sentido voltar a uma hierarquia entre economia e sociedade, valorando mais os aspectos externos do que os internos, ou os processos “globais”, impessoais, no lugar das relações sociais que são movidas por gente que tem nome e endereço. Foi uma grande conquista passar a estudar os “segredos internos” do sistema escravista e estes achados não podem ser descartados como menores diante de qualquer interpretação que alega exclusividade em conectar o Brasil às transformações no mundo, mas o faz apenas pelo eixo econômico.

8 – O seu livro “Africanos livres: a abolição do tráfico de escravos no Brasil”, publicado pela Companhia das Letras, é um trabalho de muito fôlego e a principal referência quando se trata dos estudos sobre os africanos livres no Brasil. Você poderia nos contar um pouco sobre

essa pesquisa e sobre sua experiência como pesquisadora, suas experiências nos arquivos, por exemplo, na construção deste livro?

BM: Esse livro me alegra muito. É resultado de muito tempo de trabalho, e ficou do jeito que eu queria. Foi minha tese de doutorado, defendida no Canadá, em 2002. Minha pesquisa começou no material britânico da FO 84, correspondência sobre o tráfico, depois vim pesquisar no Brasil. O grosso do material é do Arquivo Nacional, mas com o tempo fui complementando com pesquisa em outros lugares, porque quando escrevi a tese me dei conta que não podia contar a história dos africanos livres sem a história dos africanos ilegalmente escravizados e da lei de 1831. Foram outros tantos anos de pesquisa até eu conseguir revisar a tese em livro, já bastante ampliado. O método é muito difícil descrever, pois primeiro busquei os africanos livres e tentei reconstituir suas trajetórias e depois fui migrando para tentar entender a política que os marcava e acabei tratando bastante dos debates políticos e de direito em torno do tráfico ilegal. O trabalho foi ganhando camadas com o tempo.

9 – Nos últimos anos você tem pesquisado sobre o fenômeno da escravização ilegal no Brasil do século XIX, coordenando um projeto de pesquisa sobre o tema, financiado pelo Edital Universal do CNPq, intitulado “A liberdade precária, as condições degradantes e as fronteiras da escravidão”. Você poderia nos contar um pouco sobre este projeto e sobre este campo novo de estudo, o da escravização ilegal? Você identifica alguma continuidade entre o processo histórico da escravização ilegal que existiu no século XIX e a escravidão contemporânea?

BM: A escravização ilegal era uma faceta pouco explorada da história da escravidão até agora. Mas não é simples definir o que era ilegal e o que era legal. É um projeto coletivo, que reúne pesquisadoras atentas ao tema e no núcleo

principal estamos trabalhando Antonia Pedroza e eu, com alunos de iniciação científica. Estamos nos debruçando sobre processos crime, ações cíveis, habeas corpus, notícias de jornal e publicações jurídicas. Como é um tema relativamente novo, a gente não consegue se fixar em uma coisa só, trata de muitas facetas quase ao mesmo tempo: o perfil das vítimas, as circunstâncias da (re)escravização, a resposta das autoridades, as tramitações no judiciário, as estratégias de busca da liberdade, a repercussão na imprensa, etc.

É importante dizer que temos um plano ambicioso: estamos formando um banco de dados de casos, chamado Escravização ilegal no Brasil, para tentar formar um quadro amplo que nos permitirá, daqui a um tempo, contextualizar melhor cada novo caso encontrado e entender melhor o fenômeno e suas transformações no tempo. A escravização ilegal no século XIX atingiu os africanos contrabandeados (cerca de um milhão de pessoas, mais seus descendentes), incontáveis famílias de mulheres libertas, e um número menor mas nunca desprezível de pessoas livres (frequentemente crianças) sequestradas e vendidas como escravas. Eram pessoas vulneráveis e a resposta institucional foi muito desigual. Encontramos alguns paralelos com a escravidão contemporânea se pensarmos na vulnerabilidade das vítimas e, sobretudo, nos casos de escravidão doméstica em que as meninas eram trazidas para “casas de família” e lá viviam a vida inteira sem qualquer direito. Os resgates que vemos hoje aproximam o fenômeno da escravização ilegal do século XIX com o trabalho análogo ao da escravidão no presente.

10- Recentemente você lançou o documentário “Em nome de Cruz e Sousa”, em parceria com outra historiadora e um cineasta. Você poderia nos falar um pouco sobre este trabalho, a escrita do roteiro e a pesquisa histórica?

BM: O trabalho no projeto de audiovisual e no roteiro do documentário “Em nome de Cruz e Sousa” começou bem antes, no projeto “Afrodescendentes na região sul”, financiado pelo edital Memórias Brasileiras: Biografias, da CAPES. A pesquisadora Luana Teixeira realizou estágio pós-doutoral, nesse projeto, sob minha orientação e trabalhou com as associações negras na região sul no pós-abolição, investigando trajetórias de pessoas marcantes. O projeto teve resultados acadêmicos: uma coletânea intitulada Pós-Abolição no Brasil: associativismo e trajetórias negras, uma coletânea dos textos do intelectual negro catarinense Trajano Margarida, uma coletânea de textos da colega pioneira no estudo do tema, Beatriz Loner, recém falecida, um website, o <https://afrosul.com.br/>, roteiros de visita da Curitiba e da Florianópolis negra, entre outras coisas. O que eu quero dizer é que estávamos com a pesquisa documental feita e o edital de produção do audiovisual caiu como uma luva. José Rafael Mamigonian, meu irmão, cineasta, propôs o projeto, que ganhou o Prêmio Catarinense de Cinema para realização de documentário de até 30 minutos. Trabalhei com Luana e com José Rafael na pesquisa que aí avançou para a iconografia e para tudo que pudesse representar visualmente a história que queríamos contar. Foi um trabalho que me colocou diante, novamente, da História Urbana e foi muito prazeroso. O roteiro foi muito, muito burilado. Ele acabou costurando a história do pós-abolição em Florianópolis com a discussão sobre os silêncios dos arquivos, instituições culturais e patrimônio sobre a história da presença africana. Está tendo uma recepção muito positiva.

11 – A “Sertão História” agradece por compartilhar conosco muitos traços marcantes de sua atuação acadêmica e política e todas essas reflexões, tão caras para a historiografia brasileira e para a História do Brasil, do século XIX e do tempo presente. Para encerrar esta entrevista, você poderia nos dar uma amostra do que vem de novo por aí? Quais são seus próximos projetos?

BM: Este projeto sobre a escravização ilegal mal começou. Coletamos muito material e fomos nos dando conta que ainda é a ponta do iceberg. Penso que esse tema ainda vai se desdobrar bastante nos próximos anos e atrair a atenção de jovens pesquisadores assim como o tema das ações de liberdade atraiu. Não se trata de reforçar a conclusão genérica da força da escravidão a cada caso de escravização ilegal, mas apontar os mecanismos de reprodução desse fenômeno e da repetição da impunidade, que são complexos e estão ainda entre nós, mais de 130 anos depois da abolição da escravidão.

A autora**Antonia Márcia Nogueira Pedroza**

Universidade Regional do Cariri – URCA

Centro de Documentação do Cariri - CEDOCC